

27 JUN 1995

Senado

Terça-feira, 27 de junho de 1995

Panorama Político

Tereza Cruvinel

■ DE BRASÍLIA



Verba extra de R\$ 50 mil

Revoltados com os salários que terão pelo resto do ano — R\$ 8.500 brutos, pouco mais de R\$ 5.000 líquidos — alguns senadores estão estimulando o segundo vice-presidente da Casa, senador Júlio Campos, a apresentar na reunião da Mesa de quinta-feira um projeto que concede autonomia orçamentária aos gabinetes. Eles passariam a receber uma verba mensal de R\$ 50 mil e responderiam pela contratação de assessores, compra de material de expediente e aquisição de passagens.

— Hoje em dia, quem não puxa saco de diretor não consegue nem envelope para o gabinete. Quando precisamos de um lanche numa comissão, sai do bolso do Ney Suassuna. Com nosso salário temos que manter duas casas e comprar café para o gabinete — queixa-se Júlio Campos.

Para sustentar sua proposta, ele pediu ao senador João Rocha (PFL-RO) um estudo comparativo com outros países. Rocha elaborou documento afirmando que nos Estados Unidos um senador ganha US\$ 11 mil mais uma verba entre US\$ 814 mil a US\$ 1,7 milhão por ano para pagamento dos funcionários, variando de acordo com o eleitorado do estado do senador. Ele faz jus ainda a uma verba de R\$ 260 mil por ano para contratar assessoria especial

para o trabalho em comissões técnicas, e a uma outra, variando entre US\$ 47 mil e R\$ 126 mil, para despesas com telefone, correios e equipamentos.

— Aqui podemos contratar um assessor parlamentar por R\$ 3.500 e três secretários por R\$ 2.500 cada. Completamos o gabinete com pessoal da Casa, ficando sujeitos aos caprichos de funcionários que não gostam de servir a senadores que trabalham até tarde — protesta Campos.

O senador americano teria direito a uma cota ilimitada de passagens para qualquer ponto do país, a apartamento funcional em Washington, a aluguel de escritório político em seu estado, além de outras vantagens enumeradas por João Rocha.

O Brasil não tem o PIB dos Estados Unidos, dirão os senadores do núcleo crítico que está surgindo, vendo no projeto um artifício para aumentar salários. Não é hora de gastar, deve dizer o Executivo. Campos garante que tem apoio da maioria e que seu projeto traria mais conforto ao senador e menos despesas para o Senado. Suas queixas têm fundamento mas o projeto — que custaria R\$ 48 milhões por ano — parece ter o condão de transformar cada gabinete numa espécie de microempresa pública.